

Sumário

Breve apresentação dos autores.....	5
Apresentação	15
CONTEÚDO, TITULARIDADE E ALCANCE DA LIBERDADE DE ENSINAR (“LIBERDADE DE CÁTEDRA”) NO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR.....	17
André Saddy	
Introdução.....	17
1. Ensino como serviço público não privativo	20
2. Conteúdo da liberdade de ensinar (“liberdade de cátedra”)	21
2.1 “Liberdade de cátedra” como espécie da liberdade acadêmica.....	24
2.2 Conteúdo negativo e positivo da “liberdade de cátedra”	25
2.3 Dupla vertente (pessoal e institucional) e dupla dimensão (objetiva e subjetiva)	26
3. Titularidade e alcance da liberdade de ensinar (“liberdade de cátedra”)....	27
4. As funções próprias da atividade docente	30
5. Subjetividades ou autonomias públicas dos professores do ensino público	31
Conclusões.....	35
Referências	37
AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.....	39
Mariana Cristina Monteiro Milani Rodrigues	
Introdução.....	39
1. Breve histórico da Constituição de 1988 e da educação no texto constitucional.....	40
2. Autonomia universitária	42
2.1 A autonomia universitária na Constituição de 1988.....	46
2.1 Autonomia Didático-Científica	48
2.3 Autonomia Administrativa	53
2.4 Autonomia Financeira	56
3. Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB)	59
Conclusões.....	62
Referências	63

A LIBERDADE DE CONFORMAÇÃO NA FIXAÇÃO DO CONTEÚDO CURRICULAR MÍNIMO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 67

Carlos André Coutinho Teles

Flávio Luiz de Aguiar Lôbo

Introdução.....	67
1. A Educação no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	69
1.1 Considerações iniciais.....	69
1.2 Constituição Federal e Políticas Públicas de Educação.....	70
2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96.....	76
3. Do Conteúdo Curricular Mínimo da Educação Básica.....	79
4. As Subjetividades Públicas.....	80
4.1 Tipos de Subjetividades Públicas.....	80
4.2 Subjetividade Pública Jurisdicional.....	81
4.3 Subjetividade Pública Legislativa.....	81
4.4 Subjetividade Pública Executiva.....	82
5. O Exercício das Subjetividades Públicas.....	83
5.1 Discricionariedade (Sentido Técnico-jurídico).....	83
5.2 Margem de Livre Apreciação dos Conceitos Jurídicos Indeterminados ..	83
5.3 Apreciatividade Administrativa.....	84
5.4 Liberdade de Conformação.....	84
Conclusão.....	85
Referências.....	86

AS SUBJETIVIDADES NOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DE ESCOLA (IDEB)..... 89

Tatiana S. Ribeiro Strauch

Introdução.....	89
1. Evolução do sistema de avaliação das escolas e advento do Ideb.....	92
2. O Ideb como política de <i>accountability</i>	97
3. O Pisa como referencial de comparação para o Ideb.....	99
4. Críticas ao Ideb como índice objetivo de avaliação.....	102
5. Subjetividades que influenciam no desempenho e rendimento das escolas e dos estudantes.....	107
5.1. O caso das “escolas efetivas” e o impacto da aplicação centrada de recursos.....	111

6. Subjetividades dos agentes públicos na criação de critérios de avaliação de escolas	115
Conclusões.....	116
Referências	118

A DISCRICIONARIEDADE DO CHEFE DO EXECUTIVO NA ESCOLHA DO DIRIGENTE DE UMA UNIDADE EDUCACIONAL

Renato Nogueira de Souza Soares

Introdução.....	121
1. A autonomia das universidades e o Poder Público.....	122
2. Modernização na liberdade à tomada de decisão subjetiva da administração pública pelo prisma legal.....	123
2.1 Menos Autonomia e mais vinculação.....	127
2.2 Das liberdades institucionais dos Estabelecimentos de Ensino Federais	129
3. Autonomia da nomeação privativa do Poder Executivo.....	134
3.1 A rejeição à consulta como possibilidade implícita	138
3.2 Nomeação <i>Pro Tempore</i>	142
Conclusões.....	143
Referências	144

A DISCRICIONARIEDADE DO REITOR DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS.....

Eduardo Langoni de Oliveira Filho

Introdução.....	147
1. As universidades públicas e a autonomia conferida pela Constituição Federal.....	149
2. As funções dos reitores das universidades públicas federais e a responsabilidade pelo planejamento orçamentário.....	153
3. A elaboração do orçamento das universidades públicas federais e a trágica escolha da alocação dos recursos escassos.....	155
4. As subjetividades presentes na atuação do reitor ao decidir sobre a alocação de recursos no orçamento da universidade federal.....	158
4.1. A elaboração do orçamento das universidades federais e a discricionariiedade.....	160
4.2. A liberdade de configuração e a atuação do reitor	162

4.3. A apreciatividade na conduta do reitor de universidade federal ao elaborar o orçamento público	164
4.4. A margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados e a autonomia para alocação de recursos escassos	168
4.5. A ação do reitor universitário como uma atuação vinculada.....	171
Conclusões.....	176
Referências	178

NOTAS SOBRE A SUBJETIVIDADE NO DIREITO-DEVER DE APTIDÃO FUNCIONAL: A LICENÇA CAPACITAÇÃO COMO ATUAÇÃO DISCRICIONÁRIA

Diogo Alves Verri Garcia de Souza

Introdução.....	181
1. Nota sobre o Estado constitucional e a sua predisposição às subjetividades	184
2. A relação entre as subjetividades e a aptidão funcional	187
3. Algumas formas normativamente previstas de capacitação do servidor ..	189
3.1 Licença Sabática.....	190
3.2 Afastamento para Participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no País.....	192
3.3 Afastamento para Estudo no exterior	193
3.4 Ações de capacitação regularmente promovidas pelo órgão.....	194
3.5 Licença capacitação.....	194
4. A estrutura das subjetividades em licença capacitação	198
4.1. A via do conceito jurídico indeterminado no princípio da eficiência....	199
4.2 A etapa da conformação do legislador e do administrador.....	204
4.3 Discricionariedade e apreciatividade na licença capacitação	208
Conclusões.....	211
Referências	212

A SUBJETIVIDADE PÚBLICA DO PROFESSOR NA SELEÇÃO DOS INSTRUMENTOS MATERIAIS, NA ESCOLHA DA METODOLOGIA DE ENSINO E NA ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS EM SALA DE AULA

Rodrigo Garrido Dias

Introdução.....	215
-----------------	-----

1. A subjetividade pública do professor na seleção dos instrumentos materiais	216
2. A subjetividade pública do professor na escolha da metodologia de ensino	221
3. A subjetividade pública do professor na abordagem dos conteúdos programáticos em sala de aula.....	228
Considerações finais.....	232
Referências	233

A DISCRICIONARIEDADE DO PROFESSOR NA AVALIAÇÃO DOS ALUNOS E NA DISTRIBUIÇÃO DE NOTAS EM PROVAS E EXAMES	235
---	-----

Andrea Drumond de Meireles Seyller

Jorgina Bonifácio Peixoto

Leonardo Ferreira Barbosa da Silva

Introdução.....	235
1. Da discricionariiedade do professor e da liberdade de cátedra.....	240
2. Do sistema de avaliação dos professores aos alunos e distribuição de notas em provas em exames.....	244
3. Estudo da discricionariiedade do professor no ensino superior do Estado do Rio de Janeiro.....	250
Conclusão	256
Referências	258

PUNIÇÕES DISCIPLINARES AOS ALUNOS PELOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E PODER DISCIPLINAR DO PROFESSOR EM SALA DE AULA.....	261
--	-----

Andrea Drumond de Meireles Seyller

Jorgina Bonifácio Peixoto

Leonardo Ferreira Barbosa da Silva

Introdução.....	261
1. Da interação entre liberdade de cátedra e a subjetividade ou autonomia pública.....	264
2. Punições disciplinares aos alunos pelos estabelecimentos de ensino.....	268
3. Poder disciplinar do professor em sala de aula.....	273
4. Resultado da pesquisa.....	278

4.1 Panorama da educação brasileira em 2019 - ensino superior	278
4.2 Da aplicabilidade das punições disciplinares aos alunos pelos estabelecimentos de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro.....	280
4.3 Da aplicabilidade do poder disciplinar do professor em sala de aula.....	283
Conclusão	286
Referências	287

DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E INATIVIDADE NOS CASOS DE BULLYING: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI Nº 13.185/2015	291
Marcelo Bertozzi de Pinho	
Introdução.....	291
1. A educação como serviço público.....	293
2. O bullying e a Lei n.º 13.185/2015.....	295
3. A definição legal do bullying	301
4. Os personagens do bullying.....	303
5. A discricionariedade administrativa e a Lei n.º 13.185/2015	305
Conclusão	313
Referências	313